



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas:**

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.345	13.466
Concessionárias	5	3.557	3.136
Impostos e contribuições sociais	6	907	6
Cauções e depósitos vinculados	8	1.211	5.526
Outros créditos		873	747
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>26.873</b>	<b>23.204</b>
<b>Não circulante</b>			
Cauções e depósitos vinculados	8	5.863	1.069
		5.863	1.069
Imobilizado	9	139.601	143.970
Intangível		371	415
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>139.792</b>	<b>144.385</b>
		<b>145.835</b>	<b>145.454</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>172.708</b>	<b>168.658</b>

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Forneceadores	10	3.140	1.342
Impostos e contribuições sociais	6	632	520
Dividendos	13.2.1	2.173	1.571
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11	5.858	5.833
Provisões	12	325	325
Reservas a pagar		24	5
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>12.152</b>	<b>9.596</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	40.845	46.376
Provisões	12	300	238
Outras contas a pagar		11	23
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>41.156</b>	<b>46.637</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social		86.371	86.371
Reservas de lucros	13.3	33.029	26.025
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>119.400</b>	<b>112.425</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>172.708</b>	<b>168.658</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2015	2014
<b>Receitas</b>		<b>27.157</b>	<b>25.822</b>
<b>Recita da produção e do serviço de energia elétrica</b>	14		
Custo do serviço de energia elétrica	(8.565)	(10.243)	
Custo de operação	(5.121)	(6.057)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>(13.686)</b>	<b>(15.300)</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	15		
Despesas com vendas			34
Despesas gerais e administrativas	(559)	(659)	
Depreciações e amortizações	(2)		
Outras despesas e receitas operacionais	(660)	(185)	
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>(1.221)</b>	<b>(810)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	16		
Receitas financeiras		2.628	2.175
Despesas financeiras	(3.990)	(3.748)	
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>10.888</b>	<b>8.139</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.740)	(1.524)	
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(1.740)</b>	<b>(1.524)</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	18		
Resultado básico e diluído por ação (realizações)		0,10592	0,07659
ON			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	2015	2014
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>28.400</b>	<b>27.431</b>
Receita operacional	28.255	26.900
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		34
Receita relativa à construção de ativos próprios	145	597
(*) <b>Ínsumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(11.057)</b>	<b>(12.550)</b>
Custos da energia comprada	(8.290)	(9.982)
Encargos de uso da rede elétrica	(275)	(262)
Materiais	(301)	(680)
Serviços de terceiros	(1.452)	(1.598)
Outros custos operacionais	(739)	(28)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>17.543</b>	<b>14.881</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(3.899)	(3.890)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>13.444</b>	<b>10.991</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	2.628	2.175
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>16.072</b>	<b>13.166</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	82	208
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.838	2.556
Estaduais	7	24
Municipais	5	7
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	3.990	3.748
Alugueis	2	8
Remuneração de capital próprio	2.173	1.571
Dividendos	9.097	8.122
Lucros retidos	6.975	5.044
	<b>16.072</b>	<b>13.166</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**  
Santa Fé Energia S.A. (Companhia ou Santa Fé), constituída em 30 de maio de 2007, sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Serra, Estado do Espírito Santo, anteriormente controlada integral da Energest S.A. (Energest), passou a ser controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora) (Nota 3.1). Tem como objeto social a: atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e manutenção de aproveitamentos hidráulicos e de linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades; e participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas.

**1.1 Autorizações**  
Por meio da Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/01, a Companhia é titular exclusiva de autorização para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado Francisco Gros, caracterizado como Pequena Central Hidrelétrica - PCH, localizada no município de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Usina	Capacidade Instalada (MW) (*)	Energia Asegurada (MWh) (**)	Autorização				
Hidrelétrica	Modalidade	Origem	Estado	Início	Término		
Francisco Gros (*)	Produtor Independente	Autorização	ES	29,50	15,58	13/11/2010	13/11/2031

(\*) Conforme Resolução ANEEL nº 2.919/10 a denominação da PCH Santa Fé passou a ser PCH Francisco Gros.  
(\*\*) Não auditado pelos auditores independentes.  
A autorização da PCH está vigente pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada a critério da ANEEL, nos termos do artigo 7º da Resolução 110/99 e 111/99, a referida usina entrou em operação a partir de 27 de maio de 2009.  
Na exploração da PCH, a autorizada tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.  
A Companhia comercializa sua energia nos seguintes ambientes: Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), negociados principalmente com terceiros, e Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio de contratos de curto e longo prazo. Da energia assegurada, 16 MW foram comercializados por meio de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R\$124,99 por MWh pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2009. Os preços são reajustados anualmente pelo IPCA.  
Ao final do prazo desta autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculadas à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.  
Em 26 de janeiro de 2015, a ANEEL por meio da Portaria nº 30, alterou a energia assegurada anteriormente de 16,4MWh para 15,58MWh.

**2 Base de preparação**  
**2.1 Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as práticas contábeis internacionais.  
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, estas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.  
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.  
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.  
**2.2 Práticas contábeis**  
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.  
**2.3 Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.  
**2.4 Uso de estimativas e julgamentos**  
A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e pressupostos pelo menos trimestralmente, exceto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.  
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de transações realizadas no âmbito da OCIEE (Nota 5); Recuperação dos ativos (impairment) (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 19.1.3); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 12.1); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 12.2).  
**2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**  
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.  
**2.6 Redução ao valor recuperável**  
**Ativo financeiro**  
São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliadas mensalmente (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.888	8.139
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(34)
Depreciações e amortizações	3.899	3.891
Provisões reversíveis	659	139
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	3.926	3.729
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	5	(51)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	17	(16)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	19.434	15.814
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>		
Concessionárias	(401)	52
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(578)	(257)
Outros ativos operacionais	(126)	(306)
	<b>(1.105)</b>	<b>(511)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>		
Forneceadores	1.798	586
Outros tributos e contribuições sociais	12	(348)
Provisões	7	(863)
Outros passivos operacionais	1.817	(656)
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>20.146</b>	<b>14.747</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.640)	(1.348)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>18.506</b>	<b>13.399</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao imobilizado e intangível	(145)	(597)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(145)</b>	<b>(597)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Cauções e depósitos vinculados	(1.571)	(643)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(5.682)	(5.679)
Pagamentos de encargos de dívidas	(3.750)	(3.735)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(11.482)</b>	<b>(13.034)</b>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.879</b>	<b>(232)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.345	13.466
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.466	13.698
	<b>6.879</b>	<b>(232)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>86.371</b>	<b>21.010</b>	<b>-</b>	<b>107.381</b>
Lucro líquido do exercício		6.615	6.615	
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		331	(331)	-
Dividendos propostos			(1.571)	(1.571)
Lucros retidos a deliberar		4.713	(4.713)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>86.371</b>	<b>25.054</b>	<b>-</b>	<b>112.425</b>
<b>Capital social</b>				
<b>Reservas de lucros</b>				
<b>Lucros acumulados</b>				
<b>Total</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>86.371</b>	<b>25.054</b>	<b>-</b>	<b>112.425</b>
Lucro líquido do exercício		9.148	9.148	
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		457	(457)	-
Reserva de retenção de lucros		6.518	(6.518)	-
Dividendos propostos			(2.173)	(2.173)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>86.371</b>	<b>33.029</b>	<b>-</b>	<b>119.400</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Ativo não financeiro**

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de reversão de ativos não financeiros.  
Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas**

**2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia**  
**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**  
A EDP possui 9 ativos em novembro de 2009. Em outubro 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando por um modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

**2.7.2 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas**

Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que refletiu sua consideração de qual conteúdo de receita é apropriado por aqueles bens ou serviços e quando ela deve ser reconhecida. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receita (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.  
A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.  
A EDP possui 9 ativos em novembro de 2009. Em outubro 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando por um modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.  
A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.  
A EDP possui 9 ativos em novembro de 2009. Em outubro 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando por um modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.  
A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.  
A EDP possui 9 ativos em novembro de 2009. Em outubro 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando por um modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.  
A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.  
A EDP possui 9 ativos em novembro de 2009. Em outubro 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando por um modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.  
A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.  
A EDP possui 9 ativos em novembro de 2009. Em outubro 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando por um modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.  
A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.  
A EDP possui 9 ativos em novembro de 2009. Em outubro 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando por um modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.  
A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.  
A EDP possui 9 ativos em novembro de 2009. Em outubro 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando por um modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.  
A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.  
A



**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**15 Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de contabilidade, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS com base na associação direta da receita; e (ii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	2015		2014	
	Custo do serviço	Despesas operacionais	Total	Total
	Com energia elétrica	Gerais e administrativas	Outras	
<b>Não gerenciáveis</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	8.290	9.961	8.290	9.961
Energia de uso da rede elétrica	275	282	275	282
Taxa de fiscalização				55
	<b>8.565</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.565 10.298</b>
<b>Gerenciáveis</b>				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		82	82	208
Material	226		226	131
Serviços de terceiros	987	395	1.382	1.337
Depreciação	3.854		3.854	3.848
Amortização	43	1	44	43
PLCD/pendências líquidas		2	2	(34)
Aluguéis e arrendamentos		2	2	8
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens		660	660	300
Outras	11	80	91	141
	-	<b>5.121</b>	<b>561</b>	<b>6.342 5.812</b>
<b>Total</b>	<b>8.565</b>	<b>5.121</b>	<b>561</b>	<b>660 14.907 16.110</b>

**16 Resultado financeiro**

	2015	2014
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras e provisões	2.425	1.920
Atualizações monetárias sobre créditos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		15
Juros e multa sobre impostos		16
Outras receitas financeiras	203	218
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívidas	(3.754)	(3.729)
Variações monetárias moeda nacional	(228)	(17)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	(8)	(2)
Outras despesas financeiras	(3.990)	(3.748)
	<b>(1.362)</b>	<b>(1.573)</b>

**17 Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e a Contribuição Social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistema sistemático do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, 20% e 25% sobre o exceder R\$90 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e Contribuição Social correntes são reconhecidas no resultado.

**Lucro antes do IRPJ e CSLL**

	31/12/2015	31/12/2014
Despesa de IRPJ e CSLL	10.389	8.139
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(1.740)	(1.524)
Alíquota Eletiva	15,98%	18,72%

**18 Resultado por ação**

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas. No exercício de 2015 a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos convertíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluente ou antidiluidor sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" e "diluído" por ação é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	8.148	6.815
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	86.371	86.371
Resultado líquido/diluído por ação (realizações)	<b>0,0952</b>	<b>0,0789</b>

**19 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos e efetuado por meio de estratégias operacionais e contratos internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDIP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consultadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação dos riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle com acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado é feita por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada tipo de risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

**19.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou pagamento de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações contábeis, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

**19.1.1 Classificação dos Instrumentos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mensurados à custo**  
Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em valor decorrentes do reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis, custos de transação atribuíveis, custos reconhecidos nos resultados quando incorridos.
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**  
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia seu investimento e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento de longo prazo da Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis**  
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- Outros ao custo amortizado**  
São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Níveis	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
			Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil

<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	16.630	11.209	16.630	11.209
Aplicações financeiras						
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>						
Caixas e depósitos vinculados	8		7.074	6.595	7.074	6.595
<b>Empréstimos e recebíveis</b>						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	4		3.715	2.257	3.715	2.257
Concessionárias	5		3.537	3.136	3.537	3.136
			<b>30.956</b>	<b>23.197</b>	<b>30.956</b>	<b>23.197</b>

**Passivos financeiros**

<b>Outros ao custo amortizado</b>						
Forneceiros	10		3.140	1.342	3.140	1.342
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11		29	23	29	23
Moeda nacional	4		46.703	52.209	46.703	52.209
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	7		49.872	53.574	49.872	53.574

**19.1.2 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indícios e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação contábil e responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que a determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pelo administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**19.1.3 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. Essa hierarquização é baseada no seguinte critério: (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos líquidos; (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado referências similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indícios e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação contábil e responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que a determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pelo administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**19.2 Gestão de risco**

A política de gestão de risco de EDIP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDIP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como o ente entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

**DIRETORIA**

<b>Luiz Otávio Assis Henriques</b> Diretor-Presidente	<b>André Luiz de Castro Pereira</b> Diretor	<b>José Cherm Pinto</b> Diretor	<b>Eliás Saeko Ishizuka Turci</b> Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade
			<b>Renan Silva Sobral</b> Controlador - CRC 13P271964/0-6 "S" ES

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Senhores Administradores e Acionistas  
**Santa Fé Energia S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que a determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indícios e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação contábil e responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que a determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pelo administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado**  
Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi elaborada sob os mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**19.2 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado financeiro. Essas flutuações geram impacto e interferem todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 1, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros assumidos pela Companhia criam fundamentalmente riscos relativos a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui risco de mercado associado à TLP e ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e à inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia possui operações à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para seus investimentos, fica aos negócios da empresa e às peculiaridades desses negócios, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil.

**19.2.1 Análise de sensibilidade**

As variações de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contabilmente o impacto no resultado líquido da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir foram considerados cenários dos indicadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis da flutuação de taxas de juros e outros indicadores até as datas de vencimento das suas transações, com o cenário (i) provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premiações características das obrigações do relatório Focus do Banco Central, os cenários (ii) e (iii) com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

	Risco	Alé 2 a 5 anos		Acima de 5 anos		Aumento do risco em 25%		Aumento do risco em 50%		Redução do risco em 25%		Redução do risco em 50%	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.888	2.888	2.888	2.888	722	1.444	(722)	(1.444)				
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.009	1.009	1.009	1.009	252	505	(252)	(505)				
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	CDI	<b>3.897</b>	<b>3.897</b>	<b>3.897</b>	<b>3.897</b>	<b>974</b>	<b>1.949</b>	<b>(974)</b>	<b>(1.949)</b>				
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(3.388)	(3.388)	(8.113)	(2.209)	(14.710)	(1.911)	(4.916)	1.911	4.916	1.911	4.916	
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	TJLP	<b>(3.388)</b>	<b>(3.388)</b>	<b>(8.113)</b>	<b>(2.209)</b>	<b>(14.710)</b>	<b>(1.911)</b>	<b>(4.916)</b>	<b>1.911</b>	<b>4.916</b>	<b>1.911</b>	<b>4.916</b>	

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Quais outros cenários possíveis foram considerados para o risco de mercado em 2015 e 2014? O cenário de risco de mercado em 2015 e 2014 foi o cenário de risco de mercado em 2015 e 2014, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

**19.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez refere-se à capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de pagamentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 11. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando os ativos financeiros são caracterizados pelas condições elétricas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2015 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos apresentados compreendem um valor estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos e financiamentos referem-se a Juros vencidos e, consequentemente, não contabilizados, decorrentes dos empréstimos demonstrados na nota 20.1. A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita de venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Recursos para a mitigação de riscos de liquidez, dentre elas a PCH Francisco Gros. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Os contratos de compra e venda de energia são negociados diretamente com o mercado de energia elétrica. A Companhia utiliza como ferramentas o Submódulo de Risco Elétrico que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a preparar a empresa para assegurar o suprimento de energia e a receita; e (iii) evitar o desbalanceamento das Concessionárias. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2015		31/12/2014				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
<b>Passivos Financeiros</b>							
Forneceiros	18	202	2.938			3.140	1.342
Juros contra a pagar - Partes relacionadas					11		23
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	632	1.425	3.801	28.496	12.349	46.703	52.209
	<b>852</b>	<b>4.363</b>	<b>3.801</b>	<b>28.507</b>	<b>12.349</b>	<b>49.872</b>	<b>53.574</b>

**19.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas**

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de Índice Financeiro. Governança são índices econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidas. A relação dos covenants por contrato aparece descritos individualmente na nota 11. Os contratos de empréstimos e financiamentos são avaliados por agências especializadas em sua identificação. Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratuais (Nota 20.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor líquido de liquidez imediata que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa.

**19.2.3 Risco de crédito**  
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Caixas e depósitos vinculados, entre outros. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos asseguram contabilidade e controle de fluxo de caixa de reconhecimento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Submódulo de Risco Elétrico que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a preparar a empresa para assegurar o suprimento de energia e a receita; e (iii) evitar o desbalanceamento das Concessionárias. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os